



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

OS RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DIRECIONADOS AOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: BREVE REFLEXÃO

Denise Medeiros Dantas¹; Adna Rejane de Freitas Rego²

¹ Centro Universitário FACEX - UNIFACEX/ denise.dantas.rn@gmail.com; ² Professora do Departamento de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Potiguar - UnP e do Centro Universitário FACEX - UNIFACEX/ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ adnarejane@unp.br

Resumo: O presente trabalho refere-se a uma pesquisa bibliográfica e documental no que diz respeito a relevância dos recursos didático-pedagógicos para a aprendizagem dos discentes com deficiência no Ensino Superior Brasileiro. Para tanto, foi realizado um breve histórico sobre a Educação Especial no Ensino Superior Brasileiro, dando ênfase sobre a importância dos recursos didático-pedagógicos para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem na Educação em questão. Os autores abordados trazem contribuições acerca das estratégias pedagógicas desenvolvidas com os alunos com deficiência nas Instituições de Ensino Superior. Neste estudo, observou-se que as ações por parte do governo para com a Inclusão na Educação Superior são pontuais, necessitando de maior investimento e atenção, sobretudo, no que concerne a relevância dos recursos didático-pedagógicos necessários para a aprendizagem dos alunos com deficiência no Ensino Superior.

Palavras-Chave: Ensino Superior, Inclusão, Recursos didático-pedagógicos.

INTRODUÇÃO

Atualmente está ocorrendo um grande movimento em prol da Educação Inclusiva no Brasil, fruto das lutas sociais em defesa dos direitos humanos, visando garantir o direito a um ambiente escolar em que todos possam aprender juntos, em parceria, sem discriminações de qualquer tipo. A Educação Inclusiva tem traçado um longo percurso legal em busca desse objetivo.

A Educação Especial é garantida pelo acesso à Educação Básica e ao Ensino Superior do nosso país. A legislação oficial também garante aos educandos com necessidades educacionais especiais a revisão dos currículos e a adequação dos espaços físicos, bem como recursos técnicos e pedagógicos adequados as suas necessidades que garantam o pleno desenvolvimento de sua aprendizagem. Contudo, é importante pensar como estas mudanças estão ocorrendo no âmbito escolar, principalmente no Ensino Superior, tendo em vista que os referidos documentos legais concentram suas atenções na Educação Básica e deixam em segundo plano a Educação Superior. Sendo assim é interessante questionar: Como ocorre o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência no Ensino Superior? A que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

recursos didático-pedagógicos estes alunos têm direito e acesso e qual a relevância desses recursos para a aprendizagem desses educandos?

Perspectivando refletir criticamente sobre essas questões, o presente trabalho se propõe a realizar uma investigação bibliográfica e documental, tendo como objetivo principal a analisar a importância dos recursos didático-pedagógicos direcionados aos estudantes com deficiência no Ensino Superior Brasileiro.

Acredita-se que esta pesquisa irá contribuir para o entendimento acerca do processo de ensino-aprendizagem dos discentes com deficiência do Ensino Superior do país, no sentido de se compreender a que recursos didático-pedagógicos este alunado têm acesso, bem como sobre a relevância destes recursos para a aprendizagem dos mesmos. O presente trabalho contribui também para o entendimento da trajetória política da Educação Especial no Ensino Superior Brasileiro.

METODOLOGIA

A presente pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa e se desenvolveu por meio de Pesquisa Bibliográfica e Documental. A Pesquisa Bibliográfica é elaborada, segundo Gil (2010), com base em material já publicado sobre o assunto, como livros, revistas, teses, dissertações, artigos impressos e digitalizados, disponibilizados pela internet, com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho. A Pesquisa Documental, por sua vez, assemelha-se a Pesquisa Bibliográfica, diferenciando-se desta pelo fato das fontes pesquisadas ainda não terem recebido tratamento analítico. Neste caso, foram consultados os documentos legais que tratam da Educação Especial no Ensino Superior Brasileiro. (GIL, 2010; SEVERINO, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme o Censo Escolar do MEC¹, referente ao ano de 2013, registrou que dos 2,7 milhões de matriculados no Ensino Superior, 30 mil alunos eram deficientes, o que corresponde a aproximadamente 1,1% do total de inscritos. Segundo ainda, dados do INEP, esses alunos com deficiência matriculados estão em cursos de graduação presenciais. Como se pode observar pelos dados, a quantidade de alunos com deficiência no Ensino Superior é

¹ Dados retirados do site do INEP, disponível em <http://portal.inep.gov.br/visualizar//asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8>. Acessado em 07 nov. 2015



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

pequeno em comparação com o total de alunos matriculados. Contudo, estes alunos encontram-se matriculados na modalidade de ensino presencial, o que requer para estas políticas públicas que garantam além do acesso, um atendimento e ambiente escolar que ofereça recursos físicos, técnicos e pedagógicos necessários ao bom desempenho desse alunado.

Com relação à política de Inclusão direcionada ao Ensino Superior destaca-se o Programa de Acessibilidade na Educação Superior – Incluir, que foi lançado pelo Ministério da Educação – MEC, em 2005, e que tinha por objetivo fomentar “a criação e consolidação de núcleos de acessibilidade” nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como forma de garantir a inclusão das pessoas com deficiência no Ensino Superior. De acordo com Souza (2010), o referido programa nos anos de 2005 e 2006, possibilitou que as IFES enviassem proposta de ações voltadas ao acesso à Educação Superior. Nos anos subsequentes foi permitido que as IFES enviassem propostas de criação e consolidação de Núcleos de Acessibilidade. (SOUZA, 2010; BRASIL, 2013).

De acordo com Brasil (2013), o programa foi implantado no período de 2005 à 2011, e era realizado por meio de editais lançados pela Secretaria de Educação Superior – SESU e pela Secretaria de Educação Especial – SEESP. A partir de 2012 o MEC resolve repassar os recursos financeiros do programa diretamente para as IFES, conforme previsto na matriz orçamentária das instituições, atendendo assim, a todas as IFES, visando desenvolver, desta forma, uma ampla e articulada política de acessibilidade. (BRASIL, 2013).

Conforme Souza (2010), no período de 2005 a 2009 todos os estados brasileiros foram contemplados pelo programa, sendo aprovados neste período 155 projetos – 13 projetos em 2005; 28 projetos em 2006; 38 projetos em 2007; 36 projetos em 2008; e 40 projetos em 2009. Com relação aos dados de 2010, não foi possível relatar, pois não há informações sobre o resultado do Edital de 2010 no *site* do MEC.

De acordo com o Edital 2010 do Programa Incluir, publicado no Diário Oficial da União – DOU de 7 julho de 2010; pode-se compreender “Núcleo de Acessibilidade” como sendo a “constituição de espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações, articulação entre os diferentes órgãos da instituição para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área” (DOU, 2010, p. 52).

Conforme Brasil (2013), no período de 2005 a 2010 o programa contemplava as seguintes ações de acessibilidade: Adequação arquitetônica; aquisição de mobiliário acessível; recursos de tecnologia assistiva; e formação profissional



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

para práticas educacionais inclusivas. A partir de 2012, o programa passa a estruturar-se de acordo com os seguintes eixos: infraestrutura; currículo, comunicação e informação; programas de extensão e programas de pesquisa. De acordo com Brasil (2013), os recursos do Programa Incluir são repassados diretamente as Unidades Orçamentárias de cada IFES por meio da ação 4002, que refere-se a Assistência a Estudantes de Graduação. De acordo com o referido documento, foram repassados em 2013 cerca de R\$ 11.000.000,00 para as Universidades Federais de todo o país. (BRASIL, 2013).

Além do supracitado programa outra ação do Governo relacionada à inclusão no Ensino Superior é o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais – Pnaest; instituído pela Portaria Normativa nº 25/2010. Este programa destina-se ao apoio financeiro das ações de assistência estudantil desenvolvidas pelas universidades e centros universitários estaduais públicos participantes do Sistema de Seleção Unificada – Sisu, que dentre as áreas apoiadas inclui o “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (BRASIL, [2014?], p. 65).

Até o presente momento, de acordo com a pesquisa realizada, estas têm sido as únicas ações do governo no que concerne à inclusão no Ensino Superior Público Brasileiro. Com relação às Instituições de Ensino Superior (IES) da rede privada, não foram encontradas iniciativas governamentais, de apoio, normatização ou de orientação, direcionadas a inclusão da pessoa com deficiência, a não ser as políticas de acesso ao Ensino Superior como é o caso do Programa Universidade para Todos – PROUNI.

Como se pode perceber as ações desenvolvidas pelo Poder Público com relação à Inclusão no Ensino Superior, apesar de serem significativas, são pontuais; pois conforme observado suas ações encontram-se mais direcionadas ao acesso das pessoas com deficiência ao Ensino Superior do que com a permanência e sucesso escolar destas.

Como expõe Magalhães (2013), as universidades brasileiras estão passando por um processo de democratização do acesso, e que este tem sido um grande desafio para os professores universitários, pois são poucas as ações formativas que potencializem as questões de ensino-aprendizagem e das atividades didático-pedagógicas, bem como a falta de mecanismos que sustentem a permanência do aluno na Educação Superior.

Diante de tal fato é imprescindível refletir e entender como ocorre o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência no Ensino Superior, bem como saber a que recursos didático-pedagógicos estes alunos têm direito e acesso e a relevância desses recursos para a aprendizagem desses educandos.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A Portaria nº 3.284/2003, que trata dos requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência no Ensino Superior, determina que sejam incluídos nos instrumentos de avaliação das condições de oferta de cursos superiores, “para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, bem como para renovação, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais”.

De acordo com a Portaria nº 3.284/2003, os requisitos mínimos de acessibilidade exigidos são:

I - com respeito a alunos portadores de deficiência física:

- a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
- c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- f) instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

II - no que concerne a alunos portadores de deficiência visual, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- a) de manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador;
- b) de adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.

III - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- b) de adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- c) de estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- d) de proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade lingüística do portador de deficiência auditiva.

No referido documento não consta requisitos de acessibilidade para os outros tipos de deficiência. Na pesquisa realizada, até o momento, não foi encontrado outro documento de orientação sobre os recursos de acessibilidade para o Ensino Superior. Há documentos, cartilhas e livros que abordam a temática de uma forma geral ou direcionada à Educação



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Básica. Contudo, para aprofundar e esclarecer a temática será abordado abaixo os diferentes tipos de deficiência, seus respectivos recursos e as reflexões de estudiosos sobre o assunto.

De acordo com Silva (2013), a inserção dos alunos com deficiência no Ensino Superior tem levado professores a refletir sobre a deficiência e a buscar novos recursos, metodologias e estratégias pedagógicas que visem promover a participação ativa e produtiva desses estudantes na instituição. E que além de necessitar do empenho de todos que constituem a comunidade escola; requer, principalmente, por parte do professor uma “mudança de postura pedagógica, reformulação de representações e de práticas educacionais excludentes, predisposição para a aprendizagem, formação permanente e o exercício de pensar criticamente a própria prática” (SILVA, 2013, p. 64).

No que se refere à deficiência visual, é importante esclarecer que esta pode ser definida como a perda total ou parcial da visão, classificada em cegueira (perda total ou resíduo mínimo de visão) e baixa visão (redução da capacidade visual causada por fatores isolados ou associados). (SILVA, 2013).

Silva (2013) destaca a importância de se entender que embora estes alunos não enxerguem por meio da visão, continuam a perceber o mundo que os cerca por meio de seus outros sentidos. Logo, isso não os impede de “ver” o mundo, embora que de uma forma diferente; sua condição de cegueira não representa limitações quanto ao seu potencial intelectual, podendo ser considerados em iguais condições educacionais dos demais alunos. A única diferença é a de que eles podem necessitar de serviços de educação especial complementares que os auxiliem no desenvolvimento de suas habilidades.

Para este fim existem vários equipamentos e recursos didático-pedagógicos como o reglete, a máquina de escrever Braille, o computador e o gravador que podem ser usados para registrar as aulas; computador com programas como DosVox, Virtual Vision, Jaws e MecDayse, que possibilitam a leitura em áudio de textos e o Braille Fácil, que permite transcrever, automaticamente, documentos em texto para Braille. Além desses recursos há também: alfabeto Braille, lupa, livros adaptados, sorobã, impressora Braille, desenhador Braille, duplicador Braille, calculadora que fala em português, display Braille. (SILVA, 2013; BRASIL, 2009).

Silva (2013) sugere ainda algumas estratégias didáticas para o ensino de estudantes com deficiência visual, como “adequação de recursos específicos, tempo, espaço, modificações do meio, procedimentos metodológicos e didáticos e processos de avaliação adequados à sua necessidade (in)visual” (SILVA, 2013, p. 67). Sugere ainda atividades em



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

grupo, provas em Braille ou digitalizadas, textos e avaliações redigidas com fontes em tamanho grande, no caso dos alunos com baixa visão, entre outros.

Silva (2013) destaca a importância primordial dos recursos didático-pedagógicos para os alunos com deficiência visual, pelo fato de suas dificuldades “não estarem relacionadas aos conteúdos a serem adquiridos, mas aos meios com os quais o sistema educativo conta para ensiná-los” (SILVA, 2013, p. 82).

Com relação à deficiência física, Melo (2013) pontua que na maioria das vezes os alunos que apresentam deficiência física não necessitam de um atendimento educacional especializado, a não ser nos casos que apresentam comprometimentos motores acentuados resultantes de lesões neurológicas associadas a outros distúrbios como: de linguagem, sensoriais, intelectuais, perceptivos, entre outros. Contudo, o autor ressalta que o aluno com deficiência física necessita de apoio e adequações para ter sucesso em seu desenvolvimento acadêmico e social no contexto da Educação Superior:

Pode-se dizer, portanto, que, dependendo da gravidade da deficiência física, essa poderá ou não demandar por parte da instituição de ensino respostas do ponto de vista pedagógico, social, tecnológico, estrutural, entre outras, que viabilizem seu acesso e permanência no contexto educacional. (MELO, 2013, p. 89)

Nessa perspectiva, Melo (2013) destaca ainda a necessidade das Instituições de Ensino Superior (IES) organizar suas políticas de acessibilidade de modo a promover programas de apoio direcionados aos alunos com deficiência, mas também a toda comunidade escolar de modo a garantir a esse alunado acessibilidade, bem como recursos humanos e materiais qualificados para seu atendimento educacional.

No tocante aos serviços de acessibilidade para os deficientes físicos Melo (2013) ressalta a importância de transportes adaptados, de paradas de ônibus próximas aos ambientes acadêmicos, possibilitando menor esforço físico das pessoas que fazem uso de recursos de locomoção como cadeira de rodas, muletas, andadores, etc.; bem como espaços físicos adaptados como: banheiros adaptados, elevadores, piso antiderrapante, corrimão e rampas, lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível, entre outros.

Com relação aos recursos pedagógicos Melo (2013) destaca a adaptação no mobiliário escolar que atenda as características antropométricas do estudante com deficiência física; adaptação de materiais pedagógicos como: engrossamento de lápis, folhas de atividades com pauta aumentada, gravador (para registrar a aula), computador com recursos de acessibilidade, etc.; utilização de Sistemas de Comunicação Aumentada e Alternativa (SCAAs) para atender



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

as necessidades dos estudantes que não produzem fala ou têm dificuldades para expressar ou falar, como pranchas de comunicação, vocalizadores, computadores com mouses e acionadores adaptados, entre outros. (MELO, 2013; BRASIL, 2009).

Melo (2013, p. 101) aponta ainda que o sucesso escolar do aluno com deficiência física dependerá, além dos fatores expostos, da “garantia de recursos e serviços que deem respostas às necessidades educacionais desses alunos e de um corpo de professores com conhecimentos específicos e comprometidos com a qualidade do ensino de todos”. Nesse sentido, o autor reforça a importância dos serviços e recursos didático-pedagógicos para a aprendizagem dos alunos com deficiência, bem como da necessidade da capacitação do professor na área da educação especial.

No que concerne à deficiência auditiva Brazorotto (2013) expõe que esta pode referir-se desde as pessoas com perdas leves de audição até aquela com perdas mais severas e profundas, como é o caso da surdez. A autora enfatiza a necessidade e relevância dos professores das IES conhecerem as necessidades educacionais desses alunos, bem como da importância de terem recursos disponíveis e apoios educativos que os auxiliem em sua prática docente.

Com relação aos recursos didático-pedagógicos e de acessibilidade, Brazorotto (2013) traz algumas orientações como: placas de sinalização e com as siglas dos departamentos da instituição; regras básicas de funcionamento da instituição e outras instruções em material impresso; computadores com equipamentos auxiliares à audição como o sistema FM, AASI, IC; livros em CD-Rom em libras ou em português; uso de estratégias de comunicação (trabalho compartilhado com o interprete de LIBRAS de modo a facilitar o ambiente de comunicação em sala de aula); aulas interativas em pequenos grupos de trabalho; disponibilização do conteúdo da aula com antecedência; flexibilização dos métodos de avaliação; transmitir por meios eletrônicos informações e conteúdos da disciplina; disponibilidade do professor em atender o discente em horário extraclasse, quando possível com apoio do interprete; uso de equipamentos como de sistema infravermelho ou indução magnética (para facilitar a percepção da fala). (BRAZOROTTO, 2013).

No que se refere aos discentes com altas habilidades/superdotação (AH/SD), Fonseca (2013) esclarece que no cenário brasileiro atual existem poucas pesquisas, principalmente, no âmbito universitário e que falta professores especializados para atender a esse alunado. A autora revela ainda que as poucas pesquisas realizadas no Brasil demonstram que as pessoas com AH/SD a despeito de seus altos níveis de inteligência, nem sempre apresentam



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

maturidade emocional condizente com sua faixa etária, o que reflete o assincronismo característico nas AH/SD.

Fonseca (2013) cita algumas características próprias às pessoas com AH/SD como:

[...] curiosidade muito acentuada, raciocínio rápido e complexo, o gosto pelo desafio, o senso de humor muito desenvolvido, o pensamento abstrato e a memória muito acentuados, a tendência ao perfeccionismo, os interesses muito diferenciados de seus pares, além de indicadores de capacidade acima da média em alguma(s) área(s), de comprometimento com a tarefa e de criatividade muito diferenciados. (FONSECA, 2013, p. 175).

De acordo com Fonseca (2013) os desafios no atendimento desse alunado no âmbito da Educação Superior são muitos, desde a alteração dos Projetos Pedagógicos, estatutos e regimentos até a sensibilização e capacitação de professores. A autora ressalta ainda que há duas maneiras de atendimento educacional para os alunos com AH/SD, que são a aceleração, que se refere à abreviação do tempo de duração do curso; e o enriquecimento curricular, que poder intracurricular e extracurricular.

O enriquecimento intracurricular é desenvolvido na sala de aula e envolve diversas estratégias pedagógicas como a monitoria (auxiliar os colegas na compreensão dos conteúdos de uma disciplina da qual domine); tutoria (leituras dirigidas, pesquisas científicas, aprofundamento de temas, etc., sob a coordenação do professor); a mentoria no qual o estudante desenvolve um tema de seu interesse na forma de um projeto de pesquisa em parceria com um especialista na área; e projetos e pesquisas individuais. O enriquecimento extracurricular refere-se aos cursos de extensão, oficinas, minicursos, entre outras. (FONSECA, 2013).

Conforme se pode observar a inclusão dos alunos com deficiência no Ensino Superior requer uma série de recursos e estratégias didático-pedagógicas para promover de fato uma aprendizagem significativa para esse alunado. Além desses recursos, conforme foi exposto pelos autores supracitados, requer o envolvimento de toda a comunidade acadêmica. Não esquecendo também, do investimento em recursos financeiros, bem como políticas que favoreçam a ampliação e aperfeiçoamento desse atendimento de modo a fomentar uma inclusão que valorize as individualidade de cada indivíduo e que favoreça de fato o acesso e a permanência desse alunado no Ensino Superior Brasileiro.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo pode-se perceber que ao longo dos séculos foi se construindo diferentes conceitos sobre a deficiência e que por muito tempo esta foi marcada pela exclusão, segregação e desrespeito. Contudo, por meio dos avanços da ciência e das lutas sociais pelos direitos humanos, as pessoas com deficiência foram ganhando dignidade e cidadania. Observou-se que houve muitas iniciativas internacionais e por parte do poder público brasileiro na formulação de políticas públicas que possibilitassem a integração das pessoas com deficiência à sociedade e à educação. Com relação a esta última percebeu-se que as iniciativas públicas mantêm seu maior foco na Educação Básica, deixando em segundo plano as ações voltadas para a inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior.

No que concerne à Inclusão no Ensino Superior Brasileiro percebeu-se que as ações desenvolvidas pelo governo apesar de serem significativas, são pontuais; concentrando-se mais no acesso das pessoas com deficiência ao Ensino Superior do que com a permanência e sucesso escolar destas, necessitando, assim, de maior investimento e atenção por parte do poder público. Percebeu-se também, na fala dos autores citados, os desafios enfrentados pelos professores em sua prática pedagógica na busca de promover a participação ativa e produtiva desses estudantes, bem como do papel relevante que os recursos didático-pedagógicos possuem no desenvolvimento de seus processos de ensino-aprendizagem.

Tendo em vista a complexidade e abrangência da temática aqui em estudo, acredita-se que este trabalho é apenas um estudo inicial necessitando de continuidade e aprofundamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, [2015?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acessado em: 2 nov. 2015

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. Brasília: Imprensa Oficial, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/home/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf>. Acessado em 2 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acessado em: 2 nov. 2015.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acessado em 14 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Programa Incluir – acessibilidade na educação superior**. (Documento Orientador). SECADI/SESu, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>>. Acessado em: 14 mar. 2016.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **Viver sem Limites – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. SDH-PR/SNPD, 2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/633.pdf>>. Acessado em: 14 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. SESu, [2014?]. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003 2014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003%2014&Itemid=30192)>. Acessado em: 14 mar. 2016.

_____. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Tecnologia Assistiva**. Brasília: CODE, 2009. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/tecnologia-assistiva>>. Acessado em: 14 mar. 2016.

_____. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acessado em: 16 mar. 2016.

_____. Portaria nº 3.284 de 07 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acessado em: 16 mar. 2016.

BRAZOROTTO, Joseli Soares; SPERI, Maria Raquel Basílio. **Acessibilidade à informação e aprendizagem de pessoas com deficiência auditiva no ensino superior**. In.: Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais. Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo (Org.). Natal: EDUFRN, 2013. Disponível em: <<http://www.caene.ufrn.br/publicacoes.php>>. Acessado em 16 mar. 2016.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Secretaria de Educação Superior. Edital nº 8. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. N. 128, seção 3, p. 52-53, 7 de julho de 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir/191-secretarias-112877938/sesu-478593899/13380-programa-incluir-edital-e-resultados>>. Acessado em: 15 mar. 2016.

FONSECA, Santuza Mônica de França P. da; PÉREZ, Suzana Graciela B. **E depois que crescem... Os estudantes com altas habilidades/superdotação**. In.: Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais. Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo (Org.). Natal: EDUFRN, 2013. Disponível em: <<http://www.caene.ufrn.br/publicacoes.php>>. Acessado em 16 mar. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. **Currículo e inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: reflexões sobre a docência universitária.** In.: Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais. Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo (Org.). Natal: EDUFRN, 2013. Disponível em: <<http://www.caene.ufrn.br/publicacoes.php>>. Acessado em 16 mar. 2016.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira; GONÇALVES, Maria de Jesus. **Acesso e permanência de estudantes com deficiência física no ensino superior.** In.: Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais. Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo (Org.). Natal: EDUFRN, 2013. Disponível em: <<http://www.caene.ufrn.br/publicacoes.php>>. Acessado em 16 mar. 2016.

NUNES, Débora Regina de Paula. **Educação Inclusiva.** Natal: EDUFRN, 2013.

OLIVEIRA, Hilderline Câmara de; SANTOS, Joseneide Souza Pessoa dos. **Manual de MTC.** Circulação interna. 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Orientações didáticas para atuação pedagógica junto a estudantes com deficiência visual, no ensino superior.** In.: Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais. Francisco Ricardo Lins Vieira de Melo (Org.). Natal: EDUFRN, 2013. Disponível em: <<http://www.caene.ufrn.br/publicacoes.php>>. Acessado em 16 mar. 2016.

SOUZA, Bianca Costa Silva de. **Programa INCLUIR (2005-2009): uma iniciativa governamental de educação especial para a educação superior no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94061>>. Acessado em: 14 mar. 2016.